

ATA DA 462ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Ao primeiro dia do mês de abril do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral Rafael Morais Português de Souza. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Representando a Corregedoria Geral, Corregedora-Assistente Carolina de Melo Teubl Gagliato, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horácio Xavier Franco Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Representando a Apadep, Fabiana Botelho Zapata e Representando a Ouvidora-Geral, Gabriela Galetti Pimenta. O Presidente iniciou a sessão às 09h50min, encaminhando para leitura e aprovação da ata da 461ª Sessão Ordinária, sendo aprovada por unanimidade. Após, iniciou as comunicações da Presidência, informando a realização de um mutirão que tinha por objetivo oferecer apoio jurídico e psicossocial aos familiares de vítimas da Chacina de Osasco, Barueri e Itapevi. Informou sua participação em reunião do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege) para tratar do PLP nº 257/2016, que visa a repactuação de dívidas do Estado e alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal. Esclareceu que o projeto em questão define um baixo percentual de gasto com pessoal para Defensoria Pública, o que pode impactar o desenvolvimento institucional. Nesse sentido, comunicou sua participação em reuniões com diversos Deputados Federais e com o Ministro-Chefe da Presidência, Jaques Wagner, que em seu entendimento, compreendeu como a baixa projeção orçamentária poderia ser prejudicial ao atendimento à população carente em todo o país. Após, comunicou que em razão de uma reunião administrativa agendada na Unidade Infância e Juventude, a sessão deveria ter seu encerramento antecipado. Em seguida, não havendo comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra a primeira inscrita, Representante da Comunidade Brasil, Anabela Andrade. Ela criticou que as datas e horários das Sessões do Conselho, que não são amplamente divulgadas, e destacou que os movimentos sociais não acompanham as publicações do Diário Oficial. Assim, sugeriu que a Comunicação da Defensoria Pública providenciasse o anúncio das Sessões do Conselho por meio das redes sociais, e citou como exemplo o “facebook”. Indagou ao Presidente, se durante uma reunião com Deputado Federal, Paulinho da Força houve a expectativa de encaminhamento à Assembleia Legislativa de um projeto que trata da reabertura das Delegacias da Mulher aos finais de semana. Criticou a Prefeitura do Estado de São Paulo, pois segundo ela, estaria alijando os catadores de reciclagem, através da contratação de empresas privadas para o desempenho da referida atividade. Informou que protocolaria um documento junto ao Conselho Superior, solicitando que a Defensoria Pública faça uma recomendação ao Prefeito para o cumprimento da Lei de Resíduos Sólidos. Após o Presidente franqueou a palavra ao Representante do Grupo Tortura Nunca Mais, Francisco dos Santos. Ele solicitou apoio e maior entrosamento da Defensoria Pública com os Movimentos Sociais e lembrou que a instituição foi fundada através da reivindicação dos mesmos. Defendeu a autonomia da instituição e a necessidade de uma reforma no Poder Judiciário. Acrescentou que a Defensoria Pública e os movimentos sociais não podem compactuar com um Estado genocida. Por fim, relatou um caso de ausência de Defensor Público em uma audiência, e avaliou a situação como gravíssima. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Antônio Dantas. Ele comunicou que havia protocolado um documento que detalha o processo de elaboração da lista tríplice para escolha do Ouvidor-Geral da Defensoria Pública. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra ao Agente de Psicologia da Regional Infância e Juventude, João Bosco dos Santos. Ele destacou a situação de precariedade da Unidade em razão da defasagem de agentes, e nesse sentido, lamentou o recebimento de comunicado através do Diário Oficial designando uma agente atuante do Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade, visando exercer suas atividades no atendimento especializado de 01 de abril a 31 de dezembro de 2016, até que houvesse a realização de concurso de remoção. Acrescentou que a designação ocorreu sem a devida substituição, o que tende a sobrecarregar ainda mais o restante dos profissionais.

Avaliou a reunião administrativa prevista para esta tarde como uma boa oportunidade de debates, que objetivem a célere resolução dos problemas. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Sr. José Ailton Rodrigues, membro do Comitê Contra o Genocídio da População Pobre, Preta e Periférica. Ele lamentou o alto número de chacinas recorrentes nas comunidades e a ausência de Defensores Públicos nesses locais. Acrescentou que os Defensores Públicos precisam conhecer a rotina das periferias. Por fim, informou que sofre preconceito por ser negro e residir no bairro dos Jardins, tendo sido parado inúmeras vezes pela polícia. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Representante da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, Carlos Eduardo Pestana. Ele observou que, como militante, os direitos humanos no Brasil têm regredido consideravelmente nos últimos anos. Destacou o apoio dos movimentos sociais pela autonomia e fortalecimento da Defensoria Pública, e mostrou a importância de uma atuação conjunta em prol de uma assistência jurídica gratuita e de qualidade a população carente. Após, não havendo mais inscritos, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a necessidade de ampla divulgação das Sessões do Conselho Superior, informou ser possível a análise de novas formas de comunicados voltados para a sociedade civil, mas lembrou que as pautas do Conselho, além de publicadas no Diário Oficial do Estado, são disponibilizadas através do portal da instituição. Com relação a reunião administrativa agendada na Unidade Infância e Juventude, avaliou como uma boa oportunidade para o enfrentamento dos problemas relativos a ausência de profissionais em geral, sejam eles Agentes ou Defensores. Por fim, destacou que as críticas fazem parte de um sistema democrático e contribuem para o desenvolvimento da instituição, mas ponderou que a Defensoria Pública é uma das instituições com maior abertura ao diálogo de todo o sistema de justiça, e enalteceu que apesar do baixo orçamento e o número reduzido de Defensores Públicos, foram realizados mais de 1,6 milhões de atendimento em 2015. Após, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Pedro Avellar aventou a possibilidade de ausentar-se na reunião da Unidade Infância e Juventude, em razão de uma consulta médica. Reconheceu a importância das críticas para o desenvolvimento institucional, e nesse sentido, sugeriu a intervenção por parte da Corregedoria-Geral, tendo em vista o relato de ausência de Defensor Público em audiência. Sobre os questionamentos com relação ao comprometimento dos Defensores Públicos, ponderou que assim como muitos desconhecem a realidade de seus assistidos, muitos usuários da Defensoria Pública, não conhecem o trabalho árduo dos Defensores, e os dramas humanos enfrentados diariamente. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que a Defensoria Pública tem intensificado o diálogo com Tribunal de Justiça, visando a expansão das audiências de custódia, de acordo com a determinação do Conselho Nacional de Justiça. No entanto, informou estar havendo dificuldade no planejamento e execução da atividade, em razão da ausência de informações fornecidas pelo Tribunal de Justiça, havendo inclusive a negativa de implantação de um projeto piloto para início das atividades na região metropolitana. De acordo com as últimas informações do Tribunal de Justiça, comunicou que as audiências estariam previstas para ocorrer no período da manhã, das 09h às 12h, porém não havia definição de quais seriam as circunscrições que receberiam juízes auxiliares. Informou que, durante a semana, esteve na Unidade de Ferraz de Vasconcelos, e observou complicações no atendimento, em razão de haver apenas três Defensores em atuação na Unidade e um afastamento prolongado. Na oportunidade, visitou a nova edificação, e destacou a excelente condição de trabalho que o novo prédio proporcionará. Com relação aos agendamentos no plantão civil central, comunicou sua participação em reunião com Coordenador de atendimento, com o Coordenador Regional e Polo Civil Central, visando a discussão de alternativas para a antecipação da agenda de atendimentos. Comentou sobre a criação de um projeto piloto, com início no mês de abril, que contará com Defensores voluntários da Regional Central para atuação em um plantão matutino, citando pelo menos duas vezes por mês, que proverá um reforço ao atendimento e demandas pontuais. Informou que a intenção futura é expandir a possibilidade de inscrições de outros interessados no projeto. Informou que em razão do episódio ocorrido no Fórum do Butantã, na última semana, em que uma Juíza foi feita refém, as atividades da Defensoria Pública instalada no local havia sido interrompida, tendo em vista a necessidade de evacuação do prédio. Comunicou o envio de um ofício em solidariedade à Juíza, que sempre se mostrou atenta aos argumentos de defesa apresentados pela Defensoria Pública. Sugeriu que, além da reunião administrativa

prevista para a tarde de sexta-feira na Unidade Infância e Juventude, houvesse uma reunião para tratar especificamente dos assuntos do Centro de Atendimento Multidisciplinar, e comentou que estaria aguardando retorno da Coordenação da Unidade. Informou que a solução mais eficaz para suprir o déficit de profissionais, seria abrir um concurso de remoção para posse emergencial de novos agentes, e nesse sentido, contactou o Departamento de Recursos Humanos para assim que possível realize abertura do mesmo. Informou que devido à urgência no preenchimento de quatro cargos vagos de Defensor Público, estaria sendo analisado a possibilidade de posse temporária do sétimo certame, visando a designação emergencial. Acrescentou que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) e Departamento de Recursos Humanos (DRH) estaria finalizando uma proposta de alteração da deliberação, visando regulamentar os concursos de remoção via online. Nesse sentido, reforçou a necessidade de debates para esclarecer o funcionamento do sistema, que proporcionará diversos avanços, porém, com algumas mudanças técnicas do sistema utilizado atualmente. A Representante da Corregedoria Geral, Carolina Gagliato informou que a Corregedoria está à disposição para o recebimento de críticas relativas a atuação, tanto de Defensores, quanto de Servidores, e afirmou que as más condutas, apesar de excepcionais, serão averiguadas com rigor. Avaliou que o episódio ocorrido no Fórum do Butantã demonstra a gravidade do problema da violência doméstica contra a mulher, e se solidarizou com a Juíza que teve sua intimidade aviltada. A Representante da Apadep, Fabiana Zapata informou a intensificação de diálogo da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e das associações estaduais com a Câmara dos Deputados, visando a apresentação de emendas ao PLC 257/2016, que trata da repactuação de dívidas do estado e mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal. Acrescentou que o projeto tramita em regime de urgência com previsão de retorno a pauta em quatro semanas. Solicitou que, a Segunda Subdefensoria, repassasse o Conselho Superior e à Apadep as definições preliminares a respeito das audiências de custódia, e indagou sobre a ideia central e onde ocorreria os atendimentos, com o objetivo de compreender melhor os impactos em geral. Informou que, após articulação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), alguns municípios estariam expedindo ofícios à Assembleia Legislativa pedindo retorno da tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 65/2011, que atualmente está arquivado, que prevê a retirada do Fundo de Assistência Judiciária da Defensoria Pública. Acrescentou que o projeto teve regime de urgência aprovado em 2011 e pode ser pautado a qualquer momento. Informou que, no próximo dia 09 (nove) de abril será celebrado um evento em comemoração aos dez anos de existência da Apadep. A Representante da Ouvidora-Geral, Gabriela Pimenta, justificou a ausência do Ouvidor-Geral em função de afastamento médico por suspeita de infecção pelo vírus H1N1. Comunicou visitas realizadas pela Ouvidoria as Unidades de São Miguel Paulista e Santo Amaro para discussão de assuntos apresentados em 2015. Agradeceu a receptividade e acrescentou que encontro propiciou a formulação de diversas propostas de melhoria. Anunciou a realização de um seminário na próxima semana sobre o acesso à justiça da população em situação de rua, que acontecerá na Faculdade de Direito da USP. Por fim, noticiou com pesar o falecimento do Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Piauí, Roberto Melado Cordeiro Junior. O Conselheiro Horácio Xavier também se solidarizou com o problema enfrentado pela Juíza do Fórum do Butantã, e acrescentou que questão traz à tona debates relativos a segurança nas Unidades da Defensoria Pública, lembrando de incidente ocorrido no prédio da Liberdade nº 32. Com relação as audiências de custódia, lembrou o envio de um e-mail em que sugere a realização de uma reunião por videoconferência, visto a dificuldade de reunir todos presencialmente. O Conselheiro Wagner Ribeiro informou ser relator de um processo de afastamento para pós-graduação no exterior e que o curso teria modalidade LLM, semelhante ao MBA, e após análise preliminar, considerou que a princípio o pedido merecia ser indeferimento em virtude de inequação a deliberação, que prevê o afastamento apenas para cursos strictu sensu, como nos casos de mestrado e doutorado. Lembrou o precedente de um caso semelhante em que houve o deferimento, porém houve a aprovação antes da finalização da Deliberação que regulamenta essa matéria. Nesse sentido, sugeriu a reavaliação do primeiro caso, ou seja, processo CSDP nº____, visando a padronização dos julgamentos. O Conselheiro Rafael Bessa, esclareceu que na época, a denominação do pedido havia sido feita como mestrado e que não haveria análise com relação a modalidade LLM. O Presidente ponderou que o caso deveria ser

debatido na ordem do dia, e pediu aos Conselheiros que avaliassem o caso detidamente. Com relação as audiências de custódia, o Conselheiro Luís Gustavo respondeu ao Conselheiro Horácio Xavier, que havia recebido um e-mail, e havia interpretado que tratava-se de sugestão de reunião por videoconferência apenas para os casos dos Decrim. Com relação a falta de segurança nas Unidades, lembrou episódios de ameaças a Defensores Públicos, e informou que a Administração desenvolveu um canal direto com a Secretaria de Segurança Pública para garantir a escolta de membros da instituição, que por algum motivo se sintam ameaçados. Comunicou que, no próximo dia 04 (quatro) de abril, a Unidade de Caraguatatuba daria início a triagem, contando com o apoio dos Defensores de São Sebastião. Destacou a boa estrutura do prédio e condições para atendimento multidisciplinar. Informou ainda, que a Unidade de São Vicente realizará um treinamento, já em sua nova sede, para a implementação do novo modelo de triagem, que descarta a limitação de senhas. O Conselheiro Luiz Eduardo mostrou preocupação com as audiências de custódia, em virtude o excesso de trabalho diário e número insuficiente de Defensores para absorção de mais uma demanda. O Conselheiro Luís Gustavo esclareceu que o objetivo da reunião promovida pela Segunda Subdefensoria, visa justamente a discussão dessas questões, tendo como direcionamento a não precarização do serviço. Endossou a fala do Conselheiro Horácio Xavier a respeito da falta de segurança nas Unidades. Informou que como relator do concurso de promoção do nível I para o nível II de 2016, ainda não conseguiu finalizar o voto. Nesse sentido havia encaminhado e-mail a Segunda Subdefensoria para buscar alternativas de solucionar o problema dentro do prazo regimental. Após, não havendo mais inscritos, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação as audiências de custódia, ponderou que o Tribunal de Justiça estaria enfrentando as mesmas dificuldades que a Defensoria Pública, em razão dos prazos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Destacou a importância das audiências, mas por outro lado, é necessário considerar o impacto administrativo que a nova atividade acarretará, e conjuntamente pensar em alternativas de solução. Justificou que e-SAJ apresentou instabilidade devido a atualização de uma nova versão do sistema. Nesse sentido, informou que a reunião com o Tribunal de Justiça foi no sentido de desenvolver formas alternativas de gestão compartilhada, visto o grande impacto que oscilações no sistema representa para a Defensoria Pública. Mostrou solidariedade com a Juíza do Fórum do Butantã, e destacou a importância da adoção de práticas de segurança, tanto para os profissionais quanto para os usuários, visto a complexidade e alta carga emocional vivenciado diariamente, que podem refletir em risco para todos. Nesse sentido, comunicou a atualização dos contratos de segurança, que busca a segurança patrimonial e pessoal. Com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 65/2011, lembrou que a decisão do Supremo Tribunal Federal foi pela inconstitucionalidade do projeto, e que nas últimas reuniões com o Governo houve sinalização contrária do envio do mesmo, além de discussões sobre a possibilidade de incremento orçamentário a Defensoria Pública. Consigna-se que houve o agendamento de uma reunião administrativa do Conselho Superior para o dia 06 (seis) de maio de dois mil e dezesseis às 15h, para tratativas acerca do processo CSDP nº 554/15. O Conselheiro Wagner Ribeiro trouxe a informação de que a Defensora Marcia Garutti se declarou impedida, na comissão instituída pelo CSDP nos autos do processo PAD nº 002/12. E discorreu que a Secretaria havia lhe consultado sobre o caso, em que se manifestou pelo acolhimento do pedido, motivo pelo qual ensejou a exclusão do sorteio de relatoria. Manifestou ainda que, embora houvesse pedido expresso de impedimento, não haveria necessidade de complementar a comissão, pois haveria quórum para deliberação. O Presidente encaminhou para debates. Após as discussões, aprovou-se, por unanimidade, impedido o Conselheiro Pedro Antonio de Avellar, manter a composição da comissão instituída, sem a necessidade de chamar o próximo da lista de antiguidade, pois há quórum para julgamento. Assim, ratificou-se a regularidade do sorteio e a manutenção dos integrantes da Comissão. Em seguida, passou-se a Ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: **CSDP nº 281/16 (Excetuaado a pauta)**. Interessada: Nadia Taffarello Soares. Assunto: Pedido de afastamento para participação em processo eleitoral – vereador. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada, pelo prazo de seis meses. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Luis Gustavo manifestou a necessidade

de deliberar-se nos termos do precedente do Colegiado, condicionando a apresentação do comprovante da candidatura. O relator acolheu. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o pedido de afastamento da Defensora Nadia Tafarello Soares, condicionada à apresentação do comprovante de registro da candidatura ao cargo de Vereadora no Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de (05) cinco dias, após a realização da convenção do partido. Declarou voto o Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. **CSDP nº 240/16.** Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de homologar a lista apresentada pelo Departamento de Recursos Humanos. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado emergencial das Unidades: Santo Amaro, Jundiá, Central - Polo Cível, Polo Família e Triagem, relativo ao mês de março de 2016, a ser publicado oportunamente. **CSDP nº 271/16.** Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Seminário sobre o acesso à justiça da população em situação de rua: política institucional e garantia de direitos, práticas, serviços e inclusão", a ser realizado nos dias 05 e 06 de abril de 2016. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Maria Beatriz de Alcântara Sa, Renato Campolino Borges, Andrea Castilho Nami Haddad Barreto, e dos seguintes Servidores/as: Janete Aparecida da Silva Peixoto Rodrigues, Maurilene Zilda de Souza e Tatiana de Cardoso e Mendes Castro. **CGDP CAEP nº 114/13.** Interessado/a: Maria Angelica Abud Chinaglia Bempensante. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. **CSDP nº 290/16 (Excetudo a pauta).** Interessado: Thiago Santos de Souza. Assunto: Pedido de afastamento para participação em processo eleitoral. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o pedido do interessado, em razão do requerimento estar indevidamente instruído. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Antonio de Avellar, que manifestou pela excepcionalidade do caso, considerando que o interessado não necessitava de autorização para concorrer a cargo eletivo, nos termos do inciso VIII, do artigo 150, da Lei Complementar nº 988/06. O Conselheiro Luis Gustavo encaminhou pelo deferimento do pedido, em razão de filiação do Defensor, condicionando a comprovação dos requisitos, sob a pena de ser considerando prejudicados os dias em que permanecerá afastado. Após as discussões, o Conselheiro Pedro Avellar se sentiu contemplado no encaminhamento dado pelo Conselheiro Luis Gustavo, o qual retirou sua declaração de voto. O Conselheiro Rafael Bessa Yamamura se absteve da deliberação. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Luis Gustavo. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, afastar cautelarmente o Defensor Público Thiago Santos de Souza, condicionando a comprovação dos requisitos formais do afastamento, devendo ser juntada os respectivos documentos, no prazo de três dias úteis. Vencida a Conselheira Carolina de Melo Teubl Gagliato, que votava pelo indeferimento. Absteve-se o Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h15min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: **CSDP nº 1172/09.** Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a

discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da pratica social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimososa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e

auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 554/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade de Execução Criminal da Capital. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra o ato conjunto da 2ª e 3ª Subdefensoria Pública Geral, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de maio de 2015. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 612/15. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 183/10 (que dispõe sobre o afastamento de servidores públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessada: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 634/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Carapicuíba e da Unidade Osasco. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores

Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 635/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Araraquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 009/16. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Revisor: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. (Processo). Interessados/as: (011/16). Eric Guilherme Ferreira de Carvalho; (012/16) Leonardo Arantes Vicentini; (013/16). Marcel Benetti Boer; (015/16). Fabio Henrique Esposto; (019/16). Lizandra Rabelo Duarte; (020/16). Laura Barbosa Ravagnani; (026/16). Thais de Assis Figueiredo Guimarães Aiello; (034/16). Celso Leo Yamashita; (035/16). Felipe Balduino Romariz; (037/16). Felipe Amorim Princesa; (038/16). Alberto Zorigian Gonçalves de Souza; (041/16). Nayara Rocha Rincon; (042/16). Guilherme Diniz Barbosa; (047/16). Luiz Otavio Contim Ferratto; (048/16). Anderson Almeida da Silva; (049/16). Clodoaldo Saguini Junior; (050/16). Fernando Pinheiro Gamito; (052/16). Roberta Alves Pachota Chaves da Silva; (054/16). Allan Ramalho Ferreira; (055/16). Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes; (058/16). Lucia Thome Reinert; (062/16). Urbano Finger Neto; (064/16). Hendrinne Fontana Noorduin; (065/16). Raul Carvalho Nin Ferreira; (066/16). Rafael de Paula Eduardo Faber; (067/16). Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro; (068/16). Fernanda Penteado Balera; (069/16). Danilo Tadeu Szigmond Franco; (070/16). Daniel Palotti Secco; (071/16). Ligia Cintra de Lima Trindade; (072/16). Samuel Friedman; (074/16). Renato Campolino Borges; (077/16). Davi Quintanilha Failde de Azevedo; (084/16). Carlos Eduardo de Moraes Domingos; (088/16). Cecilia Cardoso Soares; (092/16). Thiago de Luna Cury; (093/16). Alline Delbem; (095/16). Dione Ribeiro Basilio; (096/16). Luciano Dal Sasso Masson; (099/16). Octavio Augustus Cordeiro; (100/16). Sergio Andre Weise Chinez; (102/16). Luiz Felipe Vanzella Rufino; (104/16). Claudia Manning; (105/16). Carla Pinheiro Martins; (107/16). Julio Cesar Valse; (111/16). Danielle Rinaldi Barbosa; (112/16). Diogo de Almeida Lopes; (115/16). Helena de Lacerda Rodrigues Lage; (116/16). Estela Waksberg Guerrini; (117/16). Adriano Pinheiro Machado Buosi; (122/16). Soraia Anka; (123/16). Gabriela Galetti Pimenta; (127/16). Mariana de Gouvea Guarda; (128/16). Manuela Beatriz Gomes; (129/16). Ana Carolina Minutti; (130/16). Fernanda Silva Guido; (133/16). Andrea de Almeida Brunhari Bullara; (138/16). Vanessa Pizarro Riguete Correa Porto; (141/16). Renata Scanduzzi da Silveira; (142/16). Maira Ferreira Tasso; (145/16). Julia Aparecida Romão da Silva; (146/16). Lucas Akira Pascoto Nishikawa; (147/16). Natasha Teixeira Gonçalves de Souza; (148/16). João Ricardo Meira Amaral; (149/16). Thiago Pedro Pagliuca dos Santos; (150/16). Dennis Gerson Camargo Ramos Salgretti; (151/16). Maria Angelica Abud Chinaglia Bempensante; (152/16). Mario Augusto Carvalho de Figueiredo; (174/16). Julio Camargo de Azevedo; (175/16). Tatiana Mendes Soares Bachega; (178/16). Isabela Halley Hatty; (185/16). Juliana Alves de Almeida; (188/16). Cecilia Fonseca Bandeira de Melo; (189/16). Angelo de Camargo Dalben; (190/16). Felipe Hotz de Macedo Cunha; (210/16). William Roberto Casimiro Braga; (211/16). Michelle Boaventura Cordeiro; (212/16). Marcelo Dayrell Vivas; (215/16). Rafael Pitanga Guedes; (217/16). Alessandra Pinho da Silva; (221/16). Paula Sant'Anna Machado de Souza; (224/16). Gustavo Picchi; (228/16). Laura Naves Filisbino; (229/16). Tatiana Campos Bias Fortes; (231/16). Ricardo Augusto Paganucci Lodi; (232/16). Priscila Domiciano da Silva; (233/16). Fausto Dalmaschio Ferreira; (234/16). Fernanda Capitano Macagnani Soldi; (235/16). Danielle Gaiotto Junqueira; (238/16). Monica de Toledo Thomazella; (241/16). Fabiana Julia Oliveira Resende. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 075/16.

Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 169/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessados: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/16. Interessada: Coordenadora Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/16. Interessada: Segunda Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 30/07 (que fixa o número de estagiários de direito e os distribui entre as Defensorias Regionais do Interior, da Região Metropolitana e da Capital, os Núcleos Especializados e a Escola da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 070/14. Interessado/a: Ligia Mafei Guidi. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h15min. Eu, Esdra Germania de Lima, Oficial do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo ao Primeiro dia do mês de abril do ano de 2016.

Rafael Morais Português de Souza
Presidente

Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral

Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

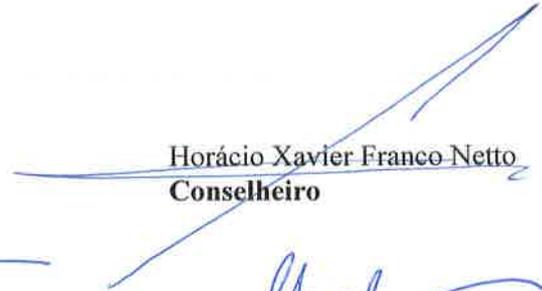
Carolina de Melo Teubl Gagliato
Representante da Corregedora-Geral

Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
3º Subdefensor Público-Geral

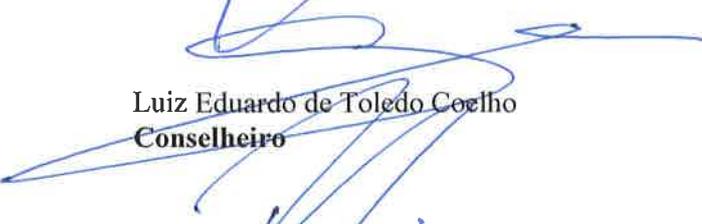
Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro



Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro



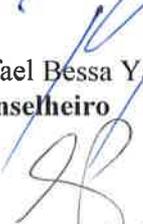
Horácio Xavier Franco Netto
Conselheiro



Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



Pedro Antônio de Avellar
Conselheiro



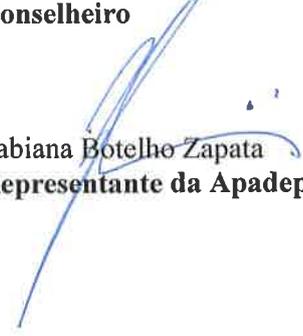
Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro



Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro



Gabriela Galetti Pimenta
Representante da Ouvidora-Geral



Fabiana Botelho Zapata
Representante da Apadep